Segundo Relatório do Monitor Independente sobre o Mecanismo de Gestão de Reclamações da Montepuez Ruby Mining

Relatório Público II

28 de Outubro de 2022

Portuguese Translation
This document is a translation of the original, which appears in English. In the event of conflict between these versions, the English version will prevail. Translation prepared in July 2025.

Tradução para o Português
Este documento é uma tradução do original, escrito em Inglês. Em caso de conflito entre as versões, a versão em Inglês prevalecerá. Tradução preparada em Julho de 2025.

Conteúdos

1 INTRODUÇÃO E ANTECEDENTES DESTE RELATÓRIO DO MONITOR INDEPENDENTE 3

1.1 Mecanismo de Reclamação Operacional da Montepuez Ruby Mining 3

1.2 O Monitor Independente 4

1.3 Âmbito e Metodologia 5

2 IMPLEMENTAÇÃO DO MECANISMO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES 6

3 AVALIAÇÃO DO MECANISMO OPERACIONAL DAS RECLAMAÇÕES 7

3.1 Recomendações 13

4 CONCLUSÃO 14

4.1 Desenvolvimentos futuros 14

Imagem da capa retirada de - https://gemfields.com/about/our-mines-and-brands/montepuez-ruby-mine/

As informações contidas neste relatório são a visão dos avaliadores e não representam as opiniões das empresas ou organizações incluídas no relatório, nem as opiniões de quaisquer outros participantes envolvidos. Os autores acreditam que as informações fornecidas são precisas e fiáveis, mas são fornecidas sem qualquer tipo de garantia. Este relatório foi encomendado em termos que limitam especificamente a responsabilidade dos autores. Os autores elaboraram este relatório com toda a competência, cuidado e diligência razoáveis dentro dos termos do contrato com o cliente. As nossas conclusões são resultados do exercício do nosso juízo profissional baseado em parte em materiais e informações fornecidos pelo cliente e outros no momento da avaliação. Isentamo-nos de qualquer responsabilidade perante o cliente e terceiros em relação a quaisquer questões fora do âmbito do trabalho. Este relatório é confidencial para o cliente e não aceitamos qualquer responsabilidade de qualquer natureza para com terceiros a quem este relatório, ou qualquer parte dele, seja levado ao conhecimento.
Qualquer parte que confie no relatório é por sua conta e risco. Nenhuma parte deste documento pode ser reproduzida sem a aprovação prévia por escrito da Synergy Global Consulting Ltd e da Montepuez Ruby Mining.

1 INTRODUÇÃO E ANTECEDENTES DESTE RELATÓRIO DO MONITOR INDEPENDENTE

Este relatório público do Monitor Independente avalia a implementação do Mecanismo de Gestão de Reclamações (OGM) da Montepuez Ruby Mining (MRM), uma empresa da Gemfields localizada no distrito de Montepuez, em Cabo Delgado, Moçambique.

O OGM foi concebido para respeitar os direitos humanos, proporcionando acesso à reparação a pessoas que sofreram impactos adversos, incluindo vítimas de graves violações dos direitos humanos, como resultado das operações da MRM. Ao fazê-lo, o OGM auxilia a MRM a implementar os seus compromissos de política de direitos humanos[1] e alinhar com as normas internacionais, como os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs), que afirmam que as empresas têm a responsabilidade de respeitar os direitos humanos e devem facilitar o acesso à soluções.

Neste relatório, o Monitor Independente avalia a eficácia do OGM da MRM na disponibilização de acesso a recursos para os queixosos, incluindo vítimas de relatos de abusos graves dos direitos humanos. O principal objectivo da avaliação é melhorar o desempenho do OGM e, consequentemente, contribuir para um maior respeito e usufruto dos direitos humanos entre as pessoas que vivem na área mineira da MRM e arredores.

Este é o segundo relatório público do Monitor Independente e abrange o desempenho do OGM entre 1 de dezembro de 2021 a 1 de junho de 2022. O primeiro Relatório do Monitor Independente abrangeu o período de 1 de junho a 30 de novembro de 2021 e um Relatório Interno que avaliou o desempenho da fase piloto entre novembro de 2020 e junho de 2021.

Antes de fornecer a avaliação do Monitor Independente sobre o OGM, esta secção apresenta o OGM, incluindo o seu propósito, âmbito e processo, e explica o papel do Monitor Independente.

1.1 Mecanismo de Reclamação Operacional da Montepuez Ruby Mining

O OGM da MRM resulta de um acordo judicial de não admissão de culpa de 2019 entre a Gemfields e a Leigh Day, um escritório de advogados do Reino Unido, sobre alegações de que a equipa de segurança da MRM e as forças estatais moçambicanas, ao prestarem um serviço de segurança à MRM, cometeram graves abusos dos direitos humanos contra indivíduos que vivem dentro e ao redor da concessão mineira da MRM em Montepuez, Moçambique. O OGM é um processo não judicial que foi concebido de acordo com os UNGPs e a lei moçambicana, como um mecanismo "para respeitar os direitos humanos, através da recepção, avaliação e remediação de queixas sobre impactos adversos causados, contribuídos ou directamente ligados às operações da MRM ou (sub)contratadas" no distrito de Montepuez.[2]

Uma Estrutura e Manual Operacional do OGM (o Manual) foram desenvolvidos para fornecer aos participantes do OGM como uma ferramenta de referência para auxiliar na implementação. O OGM pode receber questões e pedidos relacionados com as operações da MRM, que o OGM encaminhará para os mecanismos apropriados para resolução.

1 Incluindo a Política de Direitos Humanos e a Política de Envolvimento Comunitário e Meios de Subsistência do MRM
2 *Estrutura e Manual Operacional do MRM OGM* (Versão datada de 12 de maio de 2021), p.9.

A Gemfields comprometeu-se a conceber e implementar o OGM de acordo com a lei moçambicana e as normas internacionais de direitos humanos, como os UNGPs. Como parte deste compromisso, a Gemfields estabeleceu três níveis para o OGM. O Nível 1 é gerido pela MRM e investiga, resolve e corrige as queixas operacionais. O Nível 2 é supervisionado e amplamente controlado por um Painel Independente (PI) de membros da sociedade civil local e nacional com um mandato, procedimentos e salvaguardas especiais para investigar, resolver e remediar queixas relacionadas com alegados impactos graves nos direitos humanos ou outros incidentes graves. O Painel Independente é apoiado por um Secretariado do Painel Independente, composto por Oficiais de Reclamações que recebem e processam as queixas, uma Equipa de Apuração de Factos que investiga as queixas e um Administrador do Painel. O segundo nível conta ainda com um Painel de Apelação independente, um Gestor de Fundos e Peritos Externos também apoiam o Painel Independente. Por último, o Nível 3 é um processo para encaminhar os crimes de natureza pública, nos termos da secção 160 do Código Penal de Moçambique, para o Ministério Público (dentro do Ministério Público), garantindo, na medida do possível, que os queixosos e as testemunhas recebem as salvaguardas adequadas.

O Manual cria vários pontos de acesso para os queixosos enviarem queixas diretamente à MRM ou intervenientes independentes, salvaguardas e apoio aos queixosos, um procedimento detalhado de queixa, protocolos de gestão de dados, programas de reparação e orientações de compensação.

1.2 O Monitor Independente

Para fornecer uma visão independente sobre a OGM e a sua eficácia em fornecer acesso a recursos às pessoas que vivem dentro e em redor da área mineira do MRM, existe um Monitor Independente. O Monitor Independente cria responsabilidade e contribui para melhorias contínuas através do seu mandato "para ajudar a avaliar a OGM de acordo com os critérios de eficácia dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs)".3A avaliação inclui a avaliação de como o MRM e o Painel Independente estão a implementar o Manual, bem como a identificação de riscos para a eficácia do OGM. O Monitor Independente deve também enviar recomendações razoáveis para melhorias contínuas ou medidas corretivas, que o MRM e/ou o Painel Independente devem levar avante e implementar.

O Monitor Independente avalia a OGM continuamente e envia ao MRM e ao Painel Independente um relatório de progresso a cada seis meses durante o período de dois anos em que a OGM receberá queixas que envolvam alegações de graves impactos nos direitos humanos. O relatório de progresso do Monitor Independente fornece uma perspectiva independente sobre a OGM, uma vez que o MRM e o Painel Independente apenas fornecem comentários sobre a precisão factual das conclusões.

Como parte do compromisso da MRM de implementar uma OGM consistente com os UNGP, o Manual exige que a MRM e a Gemfields publiquem um resumo do relatório do Monitor Independente, incluindo apenas o número e o resultado das queixas apresentadas e determinadas pelo processo da OGM, e uma avaliação da independência, justiça e acessibilidade da OGM, nos seus websites e durante as reuniões da comunidade e de outras partes interessadas, com a devida consideração pela confidencialidade e anonimato dos queixosos.

3 *Estrutura e Manual Operacional do MRM OGM*,pág. 37

1.3 Âmbito e Metodologia

O Monitor Independente concluiu o seu segundo relatório de progresso em setembro de 2022, avaliando o período de 1 de dezembro de 2021 a 1 de junho de 2022. A metodologia do Monitor Independente baseou-se numa extensa revisão bibliográfica das orientações e melhores práticas internacionais. É baseado no risco, o que significa que se centra na identificação de problemas ou lacunas na implementação do Manual que estão a representar ou podem representar um risco significativo para os oito critérios de eficácia. Para recolher dados, o Monitor Independente envolveu regularmente as partes interessadas internas do OGM ao longo do ciclo de relatórios e realizou uma visita ao distrito de Montepuez, de 6 a 10 de junho de 2022, coordenado pelo Secretariado do Painel Independente.

O Monitor Independente reviu os formulários e a documentação do OGM, os pontos de acesso físico, uma amostra de ficheiros de casos e a base de dados de reclamações. O Monitor Independente entrevistou requerentes cujas queixas estavam a ser processadas e/ ou já resolvidas (foram escolhidos de acordo com critérios específicos, tais como o género, o tipo de queixa, o resultado da queixa, a aldeia onde o requerente vive e o ponto de acesso utilizado), bem como outros representantes das comunidades locais a quem o OGM se destina. O Monitor Independente entrevistou também funcionários da MRM e da Gemfields, bem como membros do Painel Independente e do Secretariado do Painel Independente (incluindo investigadores, agentes de queixas e o administrador do painel).

Este relatório é um resumo público do segundo relatório de progresso do Monitor Independente. A secção seguinte deste relatório resume a forma como a MRM e o Painel Independente implementaram o OGM durante o período de avaliação e a secção seguinte avalia a eficácia dessa implementação.

2 IMPLEMENTAÇÃO DO MECANISMO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES

Esta secção reporta o número e o resultado das reclamações apresentadas e determinadas pelo processo OGM.

O Monitor Independente continua a não conseguir comunicar o número de queixas submetidas e determinadas pelo processo da OGM. A MRM e o PI não divulgaram publicamente esta informação e esta falta de transparência continua a representar um risco para a eficácia do OGM. Como recomendado anteriormente, a MRM e o PI precisam de tornar pública informação suficiente sobre o desempenho do mecanismo para gerar confiança na sua eficácia e servir qualquer interesse público em jogo, de acordo com os requisitos do Manual.

O Monitor Independente concluiu que, durante o período de avaliação, o OGM demonstrou progressos limitados aos requerentes no que diz respeito ao acesso a medidas de reparação. Durante este período, o PI implementou uma moratória na deliberação de novas queixas, aguardando a resolução de uma série de questões levantadas pelo PI, pela MRM e pelo Monitor Independente. Em maio de 2022, a MRM organizou um **workshop facilitado por um mediador internacional e todas as partes concordaram com uma série de acções que visam melhorar a implementação do OGM**, incluindo:

- Reforço do processo de triagem e apuramento de factos.
- Encerramento das reclamações quando o reclamante já não estiver disponível para contacto após 30 dias.
- Implementar um estatuto de limitações para reclamações históricas e comunicá-lo aos potenciais requerentes.
- Rever o processo de encerramento de sinistros fora do âmbito.
- Melhorar o diálogo entre a MRM, o PI e o seu Secretariado.

O Monitor Independente identificou os seguintes resultados do processo OGM:

- **Através do processo de Nível 1, a MRM resolveu uma parcela muito pequena das reclamações**, proporcionando reparação aos queixosos cujas queixas foram consideradas comprovadas.
- **Através do processo de Nível 2, o PI não deliberou nem resolveu as queixas** durante este período de avaliação.
- **Através do processo de Nível 2, o PI e o seu Secretariado forneceram soluções** para alguns requerentes cujas queixas foram consideradas comprovadas no último período de avaliação, embora alguns requerentes ainda não tenham recebido reparação.
- **A MRM e o PI terminaram uma parte das reclamações que foram consideradas fora do âmbito** do OGM, quer pelo momento do alegado incidente, quer pelas partes envolvidas.
- **Problemas e solicitações** das comunidades locais foram encerradas e encaminhadas para a equipa de envolvimento comunitário da MRM para resposta.

Até ao momento, os requerentes cujas queixas foram resolvidas referem, geralmente, sentir-se satisfeitos com o facto de **o OGM ser justo, sério e respeitador.**

3 AVALIAÇÃO DO MECANISMO OPERACIONAL DAS RECLAMAÇÕES

Para reportar a independência, justiça e acessibilidade são critérios de avaliação definidos pela UNGPs para o Monitor Independente avaliar a eficácia do OGM.

Tabela 1. Avaliação da OGM em relação aos critérios de eficácia dos UNGPs

UNGPs Critérios de Eficácia	Definição	Avaliação
Legítimo	Permitir a confiança dos grupos de partes interessadas para cuja utilização se destinam, e sendo responsável pela conduta justa de queixa processos.	**Há legitimidade do OGM entre os requerentes e as comunidades locais, embora ainda amplamente intacta, está a ser cada vez mais posta em risco pelos atrasos severos e pela falta de progressos visíveis na prestação de reparação.** Os requerentes e as comunidades locais continuam a reportar e a demonstrar um nível de confiança no OGM. O OGM continua a receber novas reivindicações, a MRM e o PI sensibilizaram as comunidades locais sobre o OGM e resolveram problemas nos pontos de acesso. Os requerentes continuam a relatar que o processo foi justo, sério e respeitoso, e a estrutura organizacional permite um processo independente. Algumas comunidades locais relatam ainda que o OGM, devido ao seu foco no envolvimento e no diálogo, bem como uma demonstração de que a MRM está activamente a tentar gerir o risco de conflito e a remediar os impactos, contribuiu para o fortalecimento da relação mais ampla entre empresa e comunidade. No entanto, quase um ano e meio após ter entrado em funcionamento, o OGM apenas resolveu uma parcela muito pequena das queixas no âmbito das alegadas violações dos direitos humanos e uma parcela muito pequena das reivindicações de Nível 1. Este período de avaliação, as questões internas à OGM, na relação entre o MRM e o PI e os desalinhamentos sobre como implementar os procedimentos do OGM significam que o PI não resolveu quaisquer alegações de abusos dos direitos humanos. Além disso, os problemas entre o PI, o seu Secretariado e o administrador independente significam que alguns requerentes esperaram meses para receber a reparação que lhes foi concedida. Existe também falta de transparência e comunicação com os queixosos (por exemplo, aqueles queixosos cujas queixas foram processadas pelo FFT e aguardam deliberação de PI ou aqueles queixosos cujas queixas foram apeladas). Como resultado, houve sinais de um pequeno número de requerentes de Nível 1 e Nível 2 de insatisfação e perda de confiança no processo OGM. No próximo período de avaliação, **a MRM e o PI precisam de demonstrar aos queixosos um progresso significativo na resolução de reclamações e no fornecimento de reparação para manter a legitimidade do OGM**.

UNGPs Critérios de Eficácia	Definição	Avaliação
Acessível	Ser conhecido por todos os grupos de partes interessadas cuja utilização se destinam e prestar assistência adequada para aqueles que possam enfrentar barreiras específicas acesso.	**O OGM parece ser amplamente acessível às comunidades locais e a MRM e o PI identificaram e tomaram algumas medidas significativas para aumentar esta acessibilidade.** A MRM e o PI continuaram a conduzir campanhas de sensibilização e engajamento com as comunidades locais. A MRM resolveu alguns problemas significativos em pontos de acesso que afectavam grupos vulneráveis, embora permaneçam outros problemas solucionáveis relacionados com a linha direta e o número de caixas de reclamações. No entanto, de um modo geral, o facto de o OGM ter continuado a receber reclamações durante todo o período de avaliação indica um nível geral de sensibilização entre as partes interessadas para cuja utilização se destina o OGM. Além disso, o OGM recebe queixas de diversas partes interessadas e fornece algum apoio para reduzir algumas barreiras. No entanto, não existem pontos de acesso independentes da MRM, e a MRM e o PI não avaliaram as potenciais implicações para a acessibilidade. **A MRM e o PI precisam de continuar a responder e a resolver os problemas de acessibilidade em estreita consulta com as comunidades locais.**
Previsível	Proporcionar um procedimento claro e conhecido com um tempo indicativo enquadramento para cada etapa e clareza sobre os tipos de processo e resultado disponível e meios de monitorização da implementação.	**O OGM não está a proporcionar um acesso previsível à reparação aos requerentes e isto representa um grande risco para a eficácia do OGM.** O Manual do OGM estabelece procedimentos claros e definidos com prazos indicativos para permitir um acesso previsível à reparação. No entanto, em muito poucos pontos de processo de gestão de reclamações (desde a recepção de uma reclamação até a investigação, deliberação e solução) os prazos definidos no Manual estão a ser implementados para o Nível 1 e Nível 2. Como resultado, neste período de avaliação, o OGM não resolveu qualquer reclamação de abusos dos direitos humanos. Isto deve-se, em grande parte, à carga de trabalho significativa e aos desalinhamentos internos entre a MRM, o PI e o Secretariado do PI sobre como implementar alguns procedimentos (no final do período de avaliação, as partes reuniram-se para alinhar e resolver uma série destas questões). Além disso, embora o MRM tenha tomado medidas para reforçar a capacidade organizacional do OGM, não é claro se a estrutura tem capacidade para permitir o acesso previsível à reparação de reclamações de Nível 1 e Nível 2. Muitos requerentes não demonstram uma compreensão clara de como o OGM processa as suas reivindicações e trabalha para fornecer reparação, nem sabem qual o prazo a esperar pela resposta do OGM. Alguns requerentes esperaram meses para receber a reparação que lhes foi concedida pelo Nível 2, outros para receber o apoio que o PI e o seu Secretariado se ofereceram para prestar e outros para que o OGM começasse a processar as suas reivindicações. A falta de progresso visível para os requerentes e de clareza sobre os prazos levou a alguns sinais de insatisfação e perda de confiança no processo OGM por parte de um pequeno número de requerentes. **A MRM e o PI precisam de reforçar a organização do OGM para permitir um processo previsível, de modo a que no próximo período de avaliação ao OGM demonstre aos queixosos um progresso significativo na resolução de reclamações e no fornecimento de reparação para manter a sua legitimidade.**

UNGP Eficácia Critérios	Definição	Avaliação
Equitativo	Procurando garantir que as partes lesadas têm acesso razoável à fontes de informação, aconselhamento e conhecimento especializado necessário para se envolver num processo de reclamação em termos justos, informados e respeitosos.	**A equidade do OGM não pode ser totalmente avaliada devido ao número limitado de reclamações resolvidas neste período de avaliação.** A MRM e o PI não resolveram as reivindicações suficientes para avaliar completamente como o critério equidade se comportou no OGM durante o período de avaliação. Os reclamantes cujas reclamações foram resolvidas e alguns cujas reclamações estão a ser processadas referem que o GM é justo e respeitador. O Manual do OGM contém várias disposições para garantir que os requerentes têm acesso a informação, aconselhamento e conhecimentos especializados. Em alguns casos, algumas destas disposições são utilizadas para fornecer provas e apoio aos requerentes, embora os factores contextuais representem um desafio à capacidade do OGM de implementar todas as disposições do Manual. Uma maior partilha de informação entre a MRM e a FFT poderia fornecer mais fontes de informação para investigar as queixas. A implementação do procedimento de contraproposta, embora não tenha sido testada neste período de avaliação, continua a representar um potencial risco para a equidade. **À medida que o OGM começa a processar um maior volume de reclamações, a MRM e o PI precisam de monitorar de perto e responder a quaisquer questões relacionadas com a equidade.**
Transparente	Manter as partes em reclamação informadas sobre o seu progresso e fornecer informações suficientes sobre o Mecanismo e seu desempenho para construir confiança na sua eficácia.	**O OGM não é suficientemente transparente para os requerentes e para as partes interessadas externas para gerar confiança na sua eficácia.** A MRM e o PI envolveram os requerentes e as comunidades locais para os informar sobre o OGM, como aceder ao mesmo e resolver problemas nos pontos de acesso. Planeiam também informar as comunidades locais sobre quaisquer alterações no procedimento OGM de que os requerentes necessitem de estar cientes. No entanto, os requerentes esperam uma comunicação clara e actualizações sobre as suas alegações, bem como explicações sobre as próximas etapas do processo OGM. Os requerentes não estão a ver progressos visíveis na resolução de reclamações e poucos relatam ter recebido tal comunicação (embora o OGM responda geralmente aos requerentes que solicitam informações). A falta de transparência em pontos-chave, em grande parte devido a problemas de previsibilidade, ameaça a legitimidade do OGM e a confiança na sua eficácia. Existem também poucos relatórios públicos sobre a eficácia do OGM. A MRM publicou o Primeiro Relatório do Monitor Independente, mas a MRM e o PI não estão a implementar integralmente os requisitos de comunicação do Manual (por exemplo, actualizando regularmente os requerentes e distribuindo folhas de informação resumidas trimestrais).

		O MRM e o IP precisam em primeiro lugar de demonstrar aos requerentes um progresso significativo na resolução de reclamações e no fornecimento de reparação e, em seguida, melhorar a comunicação com os requerentes para gerar confiança na eficácia da OGM.

UNGP Eficácia Critérios	Definição	Avaliação
Direitos compatíveis	Garantindo que resultados e mediação decorrem de acordo com os regulamentos de direitos humanos internacionalmente reconhecidos.	**A compatibilidade de direitos da OGM não pode ser totalmente avaliada devido ao número limitado de reclamações resolvidas neste período de avaliação.** Não existem provas suficientes para avaliar completamente como os resultados e a decisão do OGM afectam os direitos dos requerentes. Os requerentes referem que se sentem seguros ao utilizar o OGM e este respondeu aos riscos enfrentados por alguns requerentes. A MRM envolveu grupos vulneráveis cuja confidencialidade foi colocada em risco ao tentar aceder ao OGM para resolver o problema e o Secretariado do PI implementou salvaguardas para mitigar os riscos para alguns requerentes. No entanto, a falta geral de previsibilidade do OGM representa potencialmente um risco geral para o direito à reparação, mas também criou, em alguns casos, problemas específicos de direitos humanos. A MRM envolveu o governo, conforme necessário, sobre disputas de terras na aldeia de reassentamento que representam um risco potencial para os direitos de alguns requerentes a um nível de vida adequado; no entanto, a questão continua por resolver. Houve também atrasos no fornecimento de apoio a alguns requerentes e questões laborais que impactaram o PI e o Secretariado do PI. **A MRM e o PI precisam de garantir que são suficientemente receptivos às questões relacionadas com os direitos para as resolver e evitar que se agravem e representem riscos para a eficácia do OGM e para os direitos humanos das suas partes interessadas.**
Uma fonte contínua de aprendizado	Com base em dados relevantes, tomar medidas para identificar lições para melhorar o mecanismo e prevenir futuras queixas e danos.	**A MRM monitora formalmente o OGM e, com o PI, tomou algumas medidas significativas destinadas a melhorar a eficácia do OGM.** O Manual estabelece uma abordagem formal e sistemática para monitorar e avaliar o OGM. A MRM monitora de perto o desempenho dos níveis 1 e 2, bem como quaisquer riscos para o OGM, e os relatórios do Monitor Independente apoiam a monitorização e a avaliação. No entanto, existem provas limitadas de que o PI monitora o desempenho do Nível 2 e o fornecimento de apoio e recursos aos requerentes. Além disso, as questões não resolvidas também impedem o Secretariado do PI de utilizar plenamente a base de dados de reclamações. Ambas as questões representam limitações à monitorização eficaz do sistema de Nível 2, um desafio à melhoria contínua do OGM e à implementação de medidas preventivas na MRM. A MRM, o PI e o Secretariado do PI tomaram medidas significativas para melhorar o OGM, com base na sua própria monitorização e no Primeiro Relatório do Monitor Independente. O MRM organizou um workshop de três dias para analisar uma série de questões, incluindo as levantadas pelo Primeiro Relatório do Monitor Independente, e as partes concordaram com uma série de medidas para implementar as aprendizagens e melhorar o OGM. A eficácia destas medidas ainda não pode ser avaliada, uma vez que muitas estão planeadas ou não foram totalmente testadas. **No próximo período de avaliação, a MRM e o PI devem colaborar para monitorar de perto a eficácia das medidas de melhoria planeadas.**

UNGP Eficácia Critérios	**Definição**	**Avaliação**
Envolvimento e diálogo	Consultoria o grupos de partes interessadas para cujo uso se destinam deles estilo e desempenho, focando em diálgo como meio para abordar e resolver queixas.	**A MRM e o PI continuam a implementar um OGM baseado no envolvimento e no diálogo com as partes interessadas a cuja utilização se destina ao OGM, bem como entre si.** O Manual do OGM incorpora consultas com as comunidades locais e requerentes na concepção do OGM e na implementação dos seus procedimentos. A MRM e o Secretariado do PI geralmente processam as reivindicações de Nível 1 e Nível 2 com base no diálogo e fornecem aos requerentes informações sobre as possíveis soluções. A MRM também consultou os requerentes sobre questões e riscos, por exemplo, nos pontos de acesso, e com os planos do PI para informar os requerentes sobre algumas alterações propostas no procedimento do OGM. O Manual exige que a MRM e o PI recolham e actuem com base no feedback dos requerentes, mas a OGM ainda não resolveu as reivindicações suficientes para recolher feedback suficiente. Alguns dos comentários recolhidos junto dos requerentes e das comunidades locais pela MRM, pelo PI e pelo Monitor Independente são mencionados ao longo deste relatório. Além disso, a MRM, o PI e o Secretariado de PI realizaram um workshop para fortalecer a sua relação e discutir uma série de questões e acordaram medidas para implementar aprendizagens e melhorar a OGM. **A MRM e o PI precisam de garantir que, à medida que o OGM processa mais reclamações, estes requerentes são consultados e a MRM e o PI utilizam o seu feedback para melhorar o OGM.**

3.1 Recomendações

Para reforçar a implementação do OGM e contribuir para uma maior eficácia, em consonância com os UNGPs, o Monitor Independente fez uma série de recomendações de melhoria. A seguir, é apresentada uma lista resumida das principais recomendações:

1. O MRM e o PI devem rever o relatório do Monitor Independente e **abordar as lacunas na implementação do Manual.**
2. A MRM e o PI devem **reduzir a carga de trabalho** significativa garantir que todas as medidas estejam alinhadas com os UNGPs, incluindo a organização de uma avaliação organizacional formal independente do OGM e a garantia de que o PI se reúne regularmente para deliberar sobre as reclamações.
3. A MRM e o PI devem **reforçar a implementação das salvaguardas e apoios do OGM**, garantindo que são fornecidos de forma previsível a todos os requerentes que deles necessitem.
4. A MRM e o PI devem **aumentar o envolvimento com os requerentes e outras partes interessadas** para melhorar a acessibilidade e a transparência.
5. A MRM e o PI devem estar em estreita colaboração **acompanhar a implementação de medidas de melhoria** e reforçar os esforços de monitorização, particularmente as melhorias identificadas no workshop de Maio.
6. A MRM e o PI devem **resolver a questão da responsabilidade de remediar** em alegações de abusos dos direitos humanos cometidos por terceiros.
7. A MRM e o PI devem garantir que os requerentes cujas reclamações são encerradas **receberem a remediação previsivelmente.**

4 CONCLUSÃO

Este relatório do Monitor Independente é uma ferramenta para a aprendizagem contínua. Documenta como a MRM e o PI implementaram o OGM, avalia o desempenho do OGM em relação aos UNGP e faz recomendações para a melhoria contínua. O relatório tem como objectivo apoiar e auxiliar a MRM, o PI e o Secretariado do PI a implementar um OGM que proporcione um acesso efectivo à reparação para as pessoas que sofreram impactos adversos, incluindo vítimas de graves violações dos direitos humanos relacionadas com as operações da MRM.

Este relatório conclui que o OGM continua a contribuir para o reforço da relação geral entre empresa e comunidade. Isto deve-se ao aumento do envolvimento entre a MRM, os requerentes e comunidades, e está também relacionado com o facto de a MRM demonstrar esforços crescentes para implementar controlos de segurança concebidos para reduzir o potencial de conflito e impactos nos direitos humanos nas comunidades locais. O reforço das relações e do diálogo é cada vez mais importante à medida em que o conflito em Cabo Delgado continua e os ataques em Junho e Julho de 2022 ocorreram mais perto das operações do MRM e das comunidades vizinhas do que anteriormente.

O relatório conclui ainda que a **MRM e o PI investiram energia, recursos e atenção significativos no fortalecimento da sua relação e no alinhamento em questões-chave**. Fizeram progressos nesse sentido e desenvolveram uma série de medidas de melhoria. No entanto, os requerentes e as partes interessadas a cuja utilização se destina o OGM não viram os impactos destas medidas, mas sim **o OGM demonstrou progressos visíveis limitados para os requerentes e outras partes interessadas** que estão a enfrentar atrasos severos. A falta de previsibilidade e transparência está a comprometer a legitimidade do OGM.

Garantir que os queixosos, em particular as vítimas de violações genuínas dos direitos humanos, recebem reparação está no cerne do propósito do OGM. O OGM está sob pressão significativa e a MRM e o PI precisam de resolver as questões levantadas neste Relatório do Monitor Independente, particularmente os principais desafios, tais como a carga de trabalho significativa e a falha do PI em deliberar sobre uma reclamação durante o período de avaliação, para que o OGM possa atingir o seu propósito e contribuir para um maior gozo dos direitos humanos entre as pessoas que vivem dentro e ao redor da área mineira da MRM.

O Monitor Independente continuará a interagir com a MRM, o PI e o Secretariado do PI para monitorar o desempenho do OGM. O Monitor Independente informará sobre os avanças realizados no próximo relatório de progresso, que abrangerá o período entre 1 de junho de 2022 e 31 de novembro de 2022.

4.1 Desenvolvimentos futuros

A seguir são apresentadas algumas ações significativas que ocorreram desde o final do período de avaliação:

- Em junho e agosto de 2022, a MRM e o PI concluíram campanhas de sensibilização destinadas a melhorar a forma como as queixas são apresentadas e a informar as comunidades sobre as alterações ao OGM acordadas durante o workshop.
- Em Junho, o Secretariado do PI começou a implementar alterações no procedimento do OGM, conforme acordado durante o workshop.

- Em Junho, a MRM sugeriu uma moratória na resolução de queixas de violações dos direitos humanos que alegadamente envolvem a polícia, enquanto se aguardam discussões entre a MRM e o PI para definir quem tem a responsabilidade de remediar estas queixas. As partes discutiram este tema no workshop mediado, mas não conseguiram chegar a um acordo nesse ponto. Outras discussões ocorreram após o workshop e chegar a acordo sobre este assunto está a ser tratado como uma prioridade pela MRM.
- Em agosto de 2022, consultores independentes enviaram à MRM estudos de caso aconselhando o OGM sobre como remediar as queixas de infraestruturas queimadas e violência sexual.
- Em setembro de 2022, o PI começou a deliberar sobre queixas.
- A MRM e o PI continuam a utilizar o mecanismo de resposta rápida para encerrar as reclamações fora do âmbito.
- A MRM aumentou a taxa de encerramento de reclamações de Nível 1 e resolveu uma parcela significativa das mesmas.